

REGIONAIS 2020

AÇORES

**NOVAS POLÍTICAS,
MELHOR FUTURO**



PROGRAMA ELEITORAL

PROGRAMA ELEITORAL

PROGRAMA ELEITORAL

PROGRAMA ELEITORAL



Estas eleições para a Assembleia Legislativa Regional de 25 de Outubro de 2020 realizam-se num momento particularmente difícil para os açorianos e açorianas, que sofrem, a par de todo o mundo, dos efeitos da pandemia.

Aos perigos inerentes para a saúde de todos nós, junta-se uma crise económica e social de grande profundidade, o que faz do atual momento das nossas vidas um momento de excepcional gravidade e por isso muito mais exigente no que respeita às políticas públicas e às respostas necessárias.

Neste combate que a todos convoca não podemos esquecer que quem mais sofre com a pandemia são os mais pobres. Neste particular não podemos esquecer que estamos na região do país onde os números da taxa de pobreza são os maiores: cerca de 80 mil açorianos e açorianas vivem no limiar da pobreza (31,8% da população).

A situação que vivemos exige respostas sérias e assertivas, quer no que respeita ao reforço do Serviço Regional de Saúde, quer no apoio à economia e à defesa dos postos de trabalho e dos rendimentos de quem trabalha.

Enfrentando, hoje, uma urgência em várias vertentes, não podemos deixar de olhar o futuro dos Açores, que vive numa regressão social preocupante, como provam os indicadores sociais, as desigualdades na distribuição de riqueza e a fuga dos mais novos e mais preparados para fora da região. Além disso, adensam-se os sinais e práticas de prepotência do poder socialista e da sua maioria absoluta, levando ao deslance de não aplicar uma lei da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores. O Partido Socialista usa o aparelho administrativo como coutada sua.

Os Açores ocupam os piores lugares dos indicadores sociais em relação ao país, destacando-se os índices de pobreza e das desigualdades sociais.

Este quadro é o resultado da maioria do Partido Socialista, que há vinte e quatro anos governa a região.



O PS e o seu governo perderam ambição e a vontade de transformação; gerem a região, por um lado, de forma a manter uma elite económica bem instalada e possidente, e por outro lado, promovem o atropelo dos direitos dos trabalhadores, favorecendo uma política de precariedade e baixos salários. Ao mesmo tempo, o PS criou uma lógica clientelar e assistencialista nos apoios sociais.

Perante este cenário, o PSD, o maior partido da oposição, não tem qualquer projeto alternativo para os Açores. A pobreza de propositura do PSD na Assembleia Legislativa dos Açores é por demais evidente e demonstra a sua incapacidade.

Como o provam estes quatro anos, o Bloco de Esquerda foi a verdadeira oposição. Tem sido o Bloco de Esquerda a propor caminhos diferentes e novos para o desenvolvimento da economia da Região, para a transparência da vida pública, para o combate aos compadrios, para a defesa dos serviços públicos e o seu reforço, da defesa da igualdade de género, para a da proteção do ambiente e do bem-estar animal.

Estes últimos quatro anos falam por si e ilustram estas afirmações e é com a experiência acumulada, em que o exemplo de Zuraida Soares é marcante. Mas é também com conhecimento, experiência e empenho de muitas mais pessoas que nos apresentamos a estas eleições, com a confiança do compromisso assumido com os açorianos e açorianas.

Apresentamo-nos a estas eleições sob o lema "NOVAS POLÍTICAS - MELHOR FUTURO", porque o Bloco de Esquerda apresenta aos açorianos e açorianas propostas concretas, que consubstanciam um caminho diferente para os Açores, um caminho de progresso, um caminho para vencer as enormes dificuldades do momento e atual e para construir um futuro melhor.

No tempo da pandemia

Vivemos um tempo singular nas nossas vidas, o mundo foi acometido por uma epidemia. O SARS-Cov2 afeta todo o mundo, e os Açores não são exceção.



Vivemos hoje tempos de incerteza. Tempos de incerteza sobre a saúde pública e tempos de incerteza sobre a economia e as nossas vidas. Neste quadro, exigem-se políticas públicas extraordinárias que salvaguardem a saúde pública e paralelamente defendam a economia e o emprego.

Sendo certo que nenhum sector da sociedade estava preparado para esta pandemia, ela colocou em evidência a particular fragilidade do nosso Serviço Regional de Saúde. Em paralelo com a Europa e com o resto do país, a política de suborçamentação do serviço de saúde tem sido nos Açores uma constante. Mesmo perante a propaganda contrária do governo regional nos últimos anos, os números não enganam.

Todos consideramos que perante a rapidez, extensão e gravidade desta pandemia, era impossível uma resposta do Serviço Regional de Saúde em linha com os tempos anteriores à pandemia, que já era insuficiente, mas a deterioração continuada deste serviço ao longo dos anos, fragilizou a resposta à pandemia e a capacidade de resposta aos doentes não COVID a níveis preocupantes.

Acresce a tudo isto a incapacidade do governo em ter respostas capazes e enérgicas, passada a primeira onda pandémica, de dotar o SRS de planos concretos para recuperar as cirurgias e consultas que ficaram para trás.

O combate à pandemia não acabou, vai ser uma luta prolongada, para a qual o concurso de todos e todas nós é fator decisivo. Neste combate precisamos que os poderes públicos coloquem de forma séria a saúde dos açorianos e açorianas em primeiro lugar e não utilizem a pandemia para jogos políticos.

A desresponsabilização dos poderes públicos, ensaiada pelo presidente do governo regional, em relação a uma eventual evolução negativa da pandemia é um mau caminho que não deve ser trilhado. Além disso, temos assistido a falta de clareza, transparência e equidade em muitas decisões da autoridade regional de saúde.



Os açorianos e açorianas não precisam de uma autoridade de saúde e de um governo que, subjacente ao combate à pandemia, tenham uma lógica política e eleitoral, precisam sim de uma direção e medidas consentâneas com os melhores conhecimentos científicos em harmonia com a maior dose de bom senso e clareza nas orientações.

Se para a saúde são exigidas novas políticas, também para a economia, emprego e apoio social são necessárias medidas extraordinárias. Por isso defendemos:

Saúde

- Programa especial de recuperação das listas de espera, se necessário envolvendo profissionais de saúde exteriores à região.
- Despartidarizar a Direção Regional de Saúde .
- Abertura de concursos para profissionais de saúde, em modo pleno para a Região e seus hospitais em moldes atrativos para estes profissionais de saúde.
- Fiscalizar de forma célere e eficaz as medidas de contingência a aplicar em lares e centros de dia, nomeadamente com reforço de pessoal, utilizando as medidas nacionais de apoio a estas instituições, e em caso de necessidade o seu suprimento por medidas regionais.
- Dar conta, de forma adequada, das medidas e da situação destas instituições, de forma a tranquilizar a população.
- Diminuir o número de alunos por turma ou fazer desdobramento de turmas, com a necessária contratação de professores e outros profissionais não docentes.
- Nas empresas, fiscalizar as medidas de contingência e a sua aplicação.
- Acertar políticas e práticas de combate à pandemia entre as entidades de saúde regionais e nacionais assim como entre governos, de forma a evitar atritos inúteis e aproveitamentos políticos.



Economia, emprego e social

Temos hoje um naipe alargado, quer nacional quer regional, de apoio às empresas e ao emprego. A monitorização da evolução da situação não deve excluir novas formas de apoio, nomeadamente em sectores mais afetados pela crise.

- As empresas apoiadas por dinheiros públicos nas mais diversas formas não devem poder despedir trabalhadores, incluindo os trabalhadores precários.
- A administração pública autónoma e demais entidades públicas da região devem ficar impedidas de utilizar, como no passado, os trabalhadores desempregados em falsos programas de ocupação.
- Estudar o prolongamento dos apoios sociais, nomeadamente à habitação.
- Intensificar os apoios sociais escolares de forma a proteger as crianças e jovens.
- Estudar a implementação do complemento regional ao rendimento social de inserção por forma a proteger as populações mais carenciadas.

Aprofundar a Autonomia, a Democracia e a Transparência

A legislatura que agora termina foi marcada por um intenso debate ao nível da comissão especializada da Assembleia Legislativa Regional em torno de propostas e caminhos para aprofundar a nossa Autonomia.

Estando estes debates na sua fase final, todos temos a ganhar que este debate seja tornado público e seja o mais amplamente participado por toda a população.

Tratam-se de matérias vitais para o futuro da região e da vida dos açorianos e açorianas, que não podem ser tratados unicamente em "gabinete", longe do debate público e da clareza absoluta das diversas posições em confronto.

O Bloco de Esquerda não pode aceitar que o Partido Socialista, em nome do aprofundamento da Autonomia, tente diminuir a democracia e a participação. Esta linha de orientação que se pode antever nas propostas e ideias apresentadas, e que são acompanhadas pelo Partido Social



Democrata, são o corolário de um processo de partidização completa do aparelho administrativo regional, onde são recorrentes as manobras nos concursos públicos para preenchimento de lugares ou a obra-prima que é a não aplicação de uma lei aprovada pela Assembleia Legislativa dos Açores.

Esta lei, proposta pelo Bloco de Esquerda, consistia na obrigação de empresas apoiadas por dinheiros públicos terem obrigatoriamente de ter um mínimo de trabalhadores com contratos efetivos (sem termo). Esta foi a única legislação de combate à precariedade aprovada no parlamento dos Açores. Mas, um ano após a sua aprovação, o governo continua sem a aplicar.

Este estado de coisas tem de ser invertido, em nome da liberdade, da democracia e da equidade de tratamento das populações. Neste sentido, o Bloco de Esquerda apresenta um conjunto vasto de propostas para vivificar a democracia e aumentar a transparência na administração pública.

Mais Autonomia, mais Democracia

No processo de aprofundamento da Autonomia, a figura do Representante da República tornou-se, consensualmente na sociedade açoriana, uma figura malquistada. Como é evidente, não é esta uma avaliação da personalidade de quem a cada momento ocupa o cargo, mas pela similitude histórica com cargos do passado que simbolizavam uma lógica colonial. Este facto levou à sua anulação política e inação.

Acabar com esta figura constitucional não pode significar, no entanto, a adoção, nos Açores, de um sistema do chamado parlamentarismo puro. Assumir este sistema nos Açores é um erro político e um retrocesso na democracia. A experiência política nas regiões autónomas demonstra-nos que, por uma multitude de razões sociais e económicas, os partidos no poder tendem a eternizar-se com maiorias absolutas. A assunção do sistema que o PS pretende significa, na prática, o domínio governamental do parlamento a um nível superior ao que hoje já existe.



Só por esta razão se compreende a proposta do PS. Colocar o veto político ao nível de uma lógica de secretaria compara-se ao que, na Assembleia da República, a aliança PS-PSD fizeram com a diminuição do escrutínio parlamentar ao governo da república.

Na defesa da democracia propomos:

- Transferir os poderes atuais do Representante da República, acrescentando os poderes de veto sobre matérias regulamentares do governo regional, para uma figura eleita por 2/3 da Assembleia Legislativa, mantendo neste particular a matriz constitucional herdada da Constituição de 1976 que, quer em termos conceptuais, quer em termos práticos, se tem demonstrado uma solução adequada, mantendo uma interdependência de três poderes.
- Manter intactas as prerrogativas do Presidente da República sobre as Regiões Autónomas, como no resto do país.
- Defendemos o alargamento dos poderes autonómicos em matérias de acordos internacionais:
 - O poder constitucional das regiões autónomas poderem suspender processos de acordos internacionais, para análise complementar, quando as matérias em causa tenham impactos nas regiões.
 - O poder de emissão de pareceres vinculativo por parte das regiões autónomas relativamente aos acordos internacionais que digam respeito exclusivamente a cada uma das regiões.

Mais transparência e equidade na Administração Pública Regional

A par de uma arrogância política crescente, como sinaliza o facto do governo se dar ao desprante de não cumprir uma lei, todos assistimos a uma partidarização completa do aparelho da administração regional.

Os concursos públicos para a admissão na Administração Pública são o expoente máximo desta prática.

A crescente pressão da opinião pública levou o governo a aceitar uma reiterada proposta do BE para acabar com as entrevistas profissionais de seleção, onde era bastante clara a manipulação dos concursos, mas não permitiu, com a sua maioria absoluta, avançar mais na transparência destes processos, conforme propusemos.

Por outro lado, não podemos continuar a ter organismos como a Inspeção Regional do Trabalho, entre outros organismos inspetivos e de direção, onde a incerteza sobre a sua real independência é constantemente posta em causa, pelo facto de as pessoas que compõem estes organismos estarem na dependência direta, quer orgânica quer política, dos membros do governo.

O caso do atual director regional de Saúde, que se mantém no cargo mesmo após ser divulgado que ocupa um lugar de destaque nas listas do PS, não só contraria aquilo que o PS defende sobre outros partidos, mas, mais grave nos tempos que correm, com a pandemia, levanta suspeitas - mesmo que infundadas - sobre se as decisões tomadas têm em conta a saúde ou propósitos eleitorais. Esta situação não serve a transparência e a clareza de processos.

Propomos novas políticas para a Administração Regional:

- Durante a próxima legislatura apresentar propostas concretas que alterem em muitos organismos a nomeação política dos cargos para concursos públicos, tendo como ponto de partida a experiência da CRESAP a nível nacional.
- Alteração dos concursos públicos de recrutamento de pessoal introduzindo as seguintes alterações:
 - Garantia de que a maioria dos elementos dos júris dos concursos são externos aos serviços onde ocorre a contratação.
 - Garantia de anonimato na correção de provas escritas.



Gestão do Mar

A posição do Bloco de Esquerda sobre a gestão do mar sempre foi clara. No quadro do Estado Unitário com Regiões Autónomas, o mar é um domínio público nacional, onde as funções de soberania do Estado são exercidas em toda a sua plenitude. Mas a gestão e ordenamento do mar adjacente ao arquipélago, nomeadamente no que respeita à elaboração e aprovação dos planos de situação e afetação, devem ser prerrogativa dos órgãos de governo próprio da Região.

Esta preocupação sobre o mar dos Açores não é de hoje, nem surge por desígnios eleitorais. Aquando do Tratado de Lisboa, o Bloco de Esquerda apresentou na Assembleia Legislativa Regional dos Açores uma proposta para que fosse incluída no tratado uma derrogação para que a gestão do esforço de pesca ficasse atribuído à região e não às instâncias europeias. Esta proposta foi chumbada na Região pelo PS, PSD e CDS. Não quiseram lutar pelo nosso mar e depois, para esconder tão vergonhosa posição, encenaram piedosos atos de indignação.

Com a aprovação da lei de bases do ordenamento e gestão do espaço marítimo, em 2014, por PS, PSD e CDS, que colocou toda a gestão do mar nas mãos do governo da república, deixando aos Açores a mera faculdade de dar opinião, o PS e o governo regional limitaram-se a colocar a questão ao Tribunal Constitucional, que se pronunciou sobre a constitucionalidade da lei.

Nada se fez em dois anos, com o Bloco constantemente a questionar o governo sobre a matéria. Perante a inércia do Governo, o Bloco apresentou no parlamento dos Açores uma anteproposta para alterar a lei. Nesta nossa proposta, em analogia com o ordenamento do território terrestre, a Assembleia da República teria o poder da orientação estratégica, mas o que se fazia no solo e subsolo passava a ser da inteira responsabilidade da região.

A proposta foi aprovada na ALRAA, em conjunto com uma proposta do governo que entretanto surgiu, e foi a do governo que seguiu para a Assembleia da República porque o regimento da ALRAA dá prioridade às propostas do Governo relativamente às dos partidos.

O Governo Regional e o PS cantam agora vitória pois o que ficou consignado em lei, mas que foi vetado pelo Presidente da República, foi que nas águas dos Açores até às 200 milhas é a região que



faz os planos e a república tem parecer vinculativo; sobre as águas para além das 200 milhas invertem-se os papéis: a república faz os planos e a região tem parecer vinculativo.

O Bloco de Esquerda considera que esta situação é melhor que a anterior, mas está longe daquilo que foi a pretensão unânime da Assembleia Legislativa dos Açores. Por outro lado, esta solução não tem em conta que o nosso mar tem "ouro", como diz o plano estratégico encomendado pelo governo da república.

Neste contexto, e olhando para os interesses que hoje já se perfilham, consideramos que a solução salomónica encontrada não defende o suficiente os interesses dos Açores, tendo em conta os futuros e poderosos interesses em jogo.

Defendemos, como sempre, o poder soberano da república sobre as questões de soberania; o seu poder sobre a definição estratégica, sobre as potencialidades de exploração do solo e subsolo do mar, mas a total e exclusiva capacidade da região para determinar os poderes de gestão, ordenamento e licenciamento.

A República sonega os interesses dos Açores

Na mesma linha dos anteriores governos da república, o atual governo PS tem votado os Açores ao esquecimento. Neste processo temos de ressaltar a rápida e substancial ajuda perante os estragos provocados pelo furacão Lorenzo. Infelizmente, foi preciso haver uma catástrofe natural para vermos a solidariedade da República.

Pelo contrário, naquilo que se prende com o esforço de desenvolvimento da região nas áreas que são da exclusiva competência do Governo da República, temos um verdadeiro deserto de investimento. Das obras assumidas no protocolo assinado pelos dois governos regionais em 2016, nada de relevante foi concretizado.



A postura do governo regional tem sido lamentável, estando mais interessado em desculpar o governo PS da República do que em defender os Açores.

A saga da prisão de Ponta delgada é disso exemplo. É uma situação gritante de falta de investimento num caso lapidar de direitos humanos. O governo regional engendrou com o governo da república um estratagema digno de uma farsa. O terreno cedido para a construção é uma montanha de pedra que leva três anos só para limpar o terreno, fora os contratemplos. Isto é, esta manobra permite estar sempre a falar no desenvolvimento do investimento, mas atrasa-o pelo menos uma legislatura, ou seja, 4 anos.

Nos Açores, o governo regional e o PS, em tempos, enchiam cartazes com o slogan "Açores Primeiro", mas de repente este slogan desapareceu, pois, a vida mostrou que ele foi substituído pelo mantra "PS primeiro - Açores depois".

Nesta legislatura, o PS - nacional e regional - percebeu, finalmente, a importância estratégica dos Açores para além da vertente militar - que, com a evolução tecnológica e a passagem do centro económico do mundo para o Pacífico, perdeu expressão.

As comunicações por satélite e até as questões das alterações climáticas encontraram nos Açores o lugar privilegiado para base de instalações de rastreio e controle de satélites, assim como local potencialmente favorável à instalação de uma estação de lançamento de microssatélites.

Temos assistido por parte dos dois governos a grandes comemorações acerca destas instalações e promessas de futuras instalações. Mas o que se verifica na realidade é que os Açores têm servido unicamente para fazer de conta que é um participante ativo nestes empreendimentos.

Vejamos o caso do AIR Centre: com sede nos Açores, ilha Terceira, apresentado no início como grande investimento científico, que faria dos Açores o centro de uma vasta rede científica para estudo das alterações climáticas e estudo do mar, este projeto, no Açores - como sempre dissemos - não passa de uma secretaria de apoio.



O mesmo se passa com a Agência Espacial Portuguesa, cuja sede se fixou formalmente na ilha de Santa Maria, quando a verdadeira sede e poder está em Lisboa e os desenvolvimentos de implementação tecnológica relevantes têm-se verificado no continente, deixando Santa Maria com a promessa do porto espacial que não saiu do papel.

Esta manobra não passa de um expediente para que os açorianos e em particular os Marienses aceitem com promessas vãs que o seu território seja arrendado sem benefícios que se vejam. Em resumo, os Açores dão a sua posição estratégica em troca de pouco ou nada. E nesta farsa tem participado o governo regional de forma descarada.

O Bloco de Esquerda, desde 2004, tem defendido que a posição estratégica dos Açores deve servir para a paz e para o conhecimento.

Temos defendido a implantação nos Açores de um grande centro de investigação para as alterações climáticas e as ciências do mar, pois só assim é possível aos açorianos e açorianas tirarem partido do potencial económico da sua posição estratégica e das riquezas do nosso solo e subsolo marinho.

Ao invés, o governo regional tem uma postura de feitor adaptado ao imobiliário, que assim retira a Região da rota do progresso e do desenvolvimento.

Defendemos:

- O cumprimento de todos os investimentos acordados em 2016 entre os governo dos Açores e o governo da República, entre eles:

- Construção do Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada, com cedência de novo terreno
- Remodelação do Estabelecimento Prisional da Horta
- Garantir duas tripulações permanentes de busca e salvamento nos Açores
- Concretização das obrigações de serviço público da carga aérea
- Reforço cabal dos serviços públicos dependentes da República nomeadamente dos serviços de segurança
- Implantação da rede de radares meteorológicos considerados essenciais pelo IPMA



- Consideramos ainda que é uma prioridade a alteração da Lei das Finanças Regionais, de modo a garantir à região uma estabilidade nas transferências do Orçamento do Estado, mesmo em períodos de crise, quando é mais necessário, paralelamente a uma progressão equivalente ao resto do país em períodos de expansão económica.

Os Açores não podem continuar a ser meros arrendatários das suas riquezas e por isso defendemos:

- Moratória para a retirada das forças militares norte-americanas da Base das Lajes e a reconversão desta infraestrutura, assim como do porto da Praia da Vitória, numa base logística e técnica para o transporte marítimo e aéreo.

- Dotar os Açores de um grande centro internacional de investigação.

Os Açores não mudaram, regrediram

Diariamente somos inundados pela propaganda governamental orientada e organizada pela central de informação do governo para convencer os açorianos e açorianas das benfeitorias e êxitos da política do governo PS.

Nos últimos meses, mesmo apesar da pandemia, temos assistido ao desdobrar do presidente do Governo em inaugurações, algumas forçadas, outras duplicadas, e outras ridículas, como parques de estacionamento e primeiras pedras que vão ficar tristes por falta de companhia de outras. Tanto e tão grande volume constante de propaganda é, por vários ângulos de análise, mau sintoma e soa a falso por não corresponder à realidade.

A realidade com que vivem os açorianos e açorianas desmente de forma categórica a propaganda e esta disparidade é na verdade a razão maior do divórcio entre a população e a participação política. Ufana-se o governo, excluindo este ano - ano da pandemia - de que o crescimento da economia dos Açores está em alta: o PIB cresce todos os anos desde 2016. Não contestamos este facto, mas a verdade é que a pobreza nos Açores aumenta 0,2% desde 2017 (primeiro ano em que há registos), e chegamos à taxa de 31,8% de risco pobreza. Estamos a falar de cerca de 80.000 açorianos e açorianas em risco de pobreza, ou mesmo em pobreza.



Se aliarmos a este facto os índices de desigualdades sociais, temos total clareza que a riqueza criada nos Açores vai para uma minoria e que a maioria da população não aprofita na sua vida desta riqueza.

Este é o primeiro resultado das políticas do PS: governa para enriquecer uma minoria.

Desde 2016 que o PIB cresceu e a população empregada aumentou para níveis históricos. Disso o Governo Regional fez sempre bandeira. Mas nada diz sobre o número de precários na região, o número de pessoas que trabalham à hora, o número de pessoas que estão em programas ocupacionais, nem sobre o facto de que o salário médio nos Açores é inferior em cerca de 90 euros ao salário médio nacional, que já de si é baixo.

O Governo não quer fazer contas ao facto de a população estar a diminuir. Um dos fatores que o explica é a emigração, e esta emigração é de jovens que vão estudar e já não voltam por não terem onde aplicar os seus conhecimentos.

O governo não diz quantos jovens licenciados já não voltam à região. Este facto leva-nos a concluir que estão desmascaradas e são erradas as políticas económicas do PS e que sem juventude preparada o futuro da região não é risonho.

Em paralelo com isto, dizem-nos as estatísticas que nos últimos três anos o número de quadros superiores e intermédios na Região diminuiu. Não só os jovens mais preparados não voltam, como estão a sair da região os quadros que cá estavam.

Juntamos a este cenário os números dos índices de abandono escolar precoce, assim como muitos mais indicadores que colocam os Açores sempre na parte de baixo da tabela, quando não nos últimos lugares.

Com estes indicadores como se pode falar em progresso e desenvolvimento?

Uma economia que produz pobreza

A defesa dos sectores tradicionais da economia, como a agricultura e as pesca, devem ser uma prioridade na política económica da região, sob pena se criarem graves rupturas económicas e sociais.

São, no entanto, sectores de baixo valor acrescentado que exigem apoio. Na agropecuária, em particular, exige-se a introdução de uma nova relação entre o produtor e a indústria. Para além disso, a defesa da qualidade dos produtos é incompatível com políticas de estabulação e consumo de rações com recurso a OGM, pois estas levam à degradação da qualidade e impedem a criação e desenvolvimento de produtos de valor acrescido.

São ainda pequenas as experiências no caminho da diferenciação deste sector, mas devem ser encorajadas e apoiadas.

Nos últimos anos temos assistido a um 'boom' do turismo. Este sector, com um crescimento exponencial, é importante para a diversificação da economia. No entanto, o turismo não altera o perfil de baixo valor acrescentado da economia açoriana. Por outro lado, como se constata pelos dados estatísticos, a emergência deste sector não impediu a diminuição do número de quadros superiores e intermédios na região.

Se fizermos uma comparação com a Madeira que tem um sector turístico consolidado e avançado, a taxa de risco de pobreza desta região situa-se nos 28%, perto da que se verifica nos Açores.

A par das pescas, todos estes sectores têm como regra o pagamento do salário mínimo regional aos seus empregados e empregadas e a precariedade é generalizada, havendo mesmo situações de trabalho intermitente ou outras formas de precariedade mais dura.

Na mesma linha funcionam a construção civil ou os serviços: este facto é uma explicação decisiva para que os Açores percam gente qualificada e paralelamente constituam a região com os maiores desequilíbrios na distribuição de riqueza.



A política governamental durante todos estes anos tem mantido este estado de coisas. A falta de ambição e o protecionismo a uma minoria endinheirada, a par de uma política assistencialista personalizada, concorrem para a cristalização da pobreza e para a manutenção do PS no poder.

Lançar as bases de uma nova economia supletiva da atual pressupõe a atração de setores em número e qualidade mais qualificados e por consequência uma massa crítica mais exigente e mais reivindicativa, o que as elites políticas e económicas que dominam a região não querem.

Os açorianos e açorianas e a economia da Região precisam de novos sectores económicos que quebrem a entente existente entre patrões e governo e criem uma tendência de aumento de salários.

Caminhos para o futuro

Como todos sabemos, estas mudanças não acontecem de um dia para o outro, e exigem objetivos claros, planos concretos e perseverança na aplicação.

Os passos dados pelo Governo Regional com a implementação de projetos de base tecnológica constituem passos no sentido positivo, mas são tímidos e só por si não alteram o panorama geral da nossa economia.

O Bloco de Esquerda, desde 2004, tem lutado para o aproveitamento das riquezas do nosso mar e hoje são cada vez mais as vozes que apontam para esse caminho.

A nossa proposta é clara: o aproveitamento da nossa posição geográfica e das potencialidades do nosso mar para o estudo do solo e subsolo marinhos, das alterações climáticas, vulcanismo e os recursos biológicos com potencial biotecnológico, através de um grande centro de investigação nestas áreas.



Este centro de investigação seria a âncora para a região e o país. Permitirá garantir um forte papel na comunidade científica mundial nestas áreas e parceiros iguais com outros centros mundiais.

Como sempre defendemos, esta ideia não se desenvolve virando as costas para as instituições já existentes, nomeadamente a Universidade dos Açores.

Este seria, de facto, um investimento pesado, mas como vemos a nível internacional é impossível alavancar as economias sem investimento no saber e na investigação. Um centro desta envergadura, como defendemos, com centenas de investigadores, potenciaria a nossa universidade para outros patamares e áreas do conhecimento assim como a capacidade de atração para o sector da biotecnologia, um dos sectores que mais cresce no mundo.

A constituição, na ilha do Faial, onde existem bases para esse desenvolvimento, corresponde também a um desenvolvimento harmonioso do arquipélago. Este investimento seria nacional e regional com base na figura de projetos de interesse comum e, havendo vontade política e visão económica, estaria em funcionamento a curto/médio prazo.

O que é de estranhar é o facto de o PS e o seu governo estarem há anos num teatro de sombras sobre esta matéria para, de forma ridícula, apresentarem um chamado “Observatório do Atlântico”, que tem prometidos 2 a 3 milhões de euros para avançar há cerca de dois anos, verba que nunca chegou.

É incompreensível quando todo o mundo aponta para os Açores e para o seu mar como um manancial económico, o governo regional parece contentar-se com as migalhas preguiçosas de um arrendamento.

Neste projeto mantemos a nossa posição de partida, e até hoje não há nada que prove que a ideia esteja errada. Não incluímos como área a explorar a mineração do fundo marinho, pois esta constitui um perigo mortal para a biodiversidade e por consequência para o desenvolvimento da biotecnologia, assim como um perigo para a saúde dos próprios oceanos.

Neste quadro, defendemos:

- Para os setores tradicionais

- Maximizar os apoios à agricultura que produzam em modo biológico de modo a incentivar uma transição para este modo de produção.
- Promover a diversificação agrícola como forma de reduzir as importações, contribuir para a criação de outras fontes de rendimento no sector e a troca de produtos entre as diferentes ilhas, reforçando a coesão, a diversificação e a inovação.
- No quadro do estatuto das Regiões Ultraperiféricas, defender e lutar por derrogações que protejam os produtos agrícolas e piscícolas destas regiões.
- Através de incentivos, apostar na produção de produtos agrícolas com mais valor acrescentado.
- Contratualizar com a agroindústria uma política de preços pagos ao produtor em contrapartida aos apoios públicos ao sector industrial.
- Uma política ativa de apoio ao emparcelamento, contribuindo para a diminuição dos custos de contexto e criação de maior rentabilidade.

- Reforço do estudo do mar e das suas capacidades haliêuticas pela Universidade dos Açores.

- No quadro do estatuto das Regiões Ultraperiféricas e nas especificidades piscatórias dos Açores, lutar por uma derrogação que permita a co-gestão do esforço de pesca com a Comissão Europeia.

- Defender, no âmbito da revisão do FEAMP, a sua adaptação à realidade dos Açores, permitindo o apoio aos pescadores em situações de quebra de rendimento, impedimento do exercício da atividade e proteção de recursos piscícolas.

Nos novos sectores económicos

- Desenvolver para novos patamares o sector de serviços na área digital, com o objetivo de formar e atrair mais mão-de-obra qualificada, tornando os Açores produtores nesta área, contribuindo o desenvolvimento de empresas de ponta na área digital.

- Exigir contrapartidas relevantes à República quando os Açores são utilizados para a instalação de meios de empresas das áreas de telecomunicações e do sector espacial, deixando a Região de ser utilizada unicamente como terreno para aluguer de espaços.



- Colocar a nossa posição geoestratégica ao serviço da economia, nomeadamente na ilha Terceira, com a implementação de uma plataforma logística e técnica para a navegação marítima e aérea.

No Mar

O nosso futuro não pode ser, como até aqui, ignorado. Hoje fala-se em “ouro” nos Açores, mas esse “ouro” tem de significar, em primeiro lugar, rendimento e progresso para os Açores.

Para isso é preciso acabar com a lógica arrendatária e com a política do “poucoquinho” controlado por uma elite gananciosa, mas pouca ambiciosa e nada dada à inovação.

A implantação de grande centro internacional para o estudo dos oceanos é uma urgência e já estamos atrasados.

Defender o trabalho e combater a pobreza

Os indicadores sociais na Região são, regra geral, os mais baixos do país. Não é independente deste facto os Açores serem a região do país em que o salário médio é mais baixo, e a norma do salário do sector privado ser salário mínimo regional, ou semelhante.

Agrava esta situação a dimensão enorme do trabalho informal, sem direitos, nem legalmente existente, assim como o trabalho ao dia e à hora. Já para não falar da dimensão absurda do trabalho precário.

É este quadro que mapeia a situação do trabalho nos Açores. Esta situação não só é aceite pelo governo regional, como é o próprio governo que estimula esta situação. O Governo utiliza de forma abusiva e em larga escala os programas ocupacionais, dá apoios públicos para estimular o emprego para os quais não é exigido limites à contratação a prazo e é ainda o próprio governo que utiliza os programas de emprego para contratação de pessoas para os serviços públicos da região, como acontece, por exemplo, com os enfermeiros. Mas os maus exemplos vão ainda mais longe quando o Governo coloca técnicos de IPSS a trabalhar lado a lado com técnicos da Segurança Social, mas paga-lhes salários muito mais baixos.



Sendo esta a política governamental, as dúvidas generalizadas sobre a ação da Inspeção Regional do Trabalho são legítimas por parte dos trabalhadores, que desesperam por proteção dos desmandos de que são vítimas.

A economia açoriana vive essencialmente do mercado interno, acrescido do turismo. É completamente absurdo que as empresas tenham uma política constante de compressão salarial, pois se vivem do mercado interno têm tudo a ganhar se os trabalhadores tiverem poder de compra.

Neste quadro, não podemos aceitar que haja qualquer redução no valor do acréscimo ao salário mínimo nacional.

O aumento de salários e a redução séria da precarização são alavancas para a modernização empresarial e o seu progresso a par da competitividade de novos sectores da economia que exijam mais qualificações e paguem melhores salários.

A exigência de um mercado de trabalho mais exigente em qualificações e o pagamento de melhores salários têm ainda um efeito benéfico no percurso escolar, pois atua como um estímulo e combate uma ideia demolidora que destrói o futuro de milhares de jovens: “para quê estudar para ir ganhar o ordenado mínimo?”

Defendemos:

- Desgovernamentalização da Inspeção Regional do Trabalho, tornando-a num organismo público cuja direção é composta por dirigentes recrutados através de concurso público.
- Obrigatoriedade de as empresas apoiadas por dinheiros públicos terem nos seus quadros, no mínimo, 75% de trabalhadores com contratos sem termo.
- Fim do abuso da utilização de trabalhadores ao abrigo de programas ocupacionais por parte das entidades públicas, incluindo de enfermeiros ao abrigo do Estagiar L.
- Atualização anual da remuneração complementar.



- Para além do plano contra a pandemia, revisão dos contratos de cooperação com a IPPS e as Misericórdias de forma a dar a estas trabalhadoras e estes trabalhadores a dignidade e justiça do importante trabalho social que desempenham, como ficou demonstrado nesta pandemia.

Combate à pobreza: uma prioridade

Os Açores são a região do país em que o risco de pobreza e as desigualdades na distribuição de riqueza são maiores. Para estes terríveis números em muito contribui o mercado de trabalho desregulado, os baixos salários e o trabalho informal, para além das reformas de miséria, entre outros fatores.

Os planos contra a pobreza apresentados pelo governo regional, contendo aspetos positivos, servem como desculpa para não agir de imediato neste combate.

Para além de uma profunda alteração nas relações do trabalho e nomeadamente no código de trabalho, defendemos:

- Aumento anual do complemento regional de pensão, por forma a que no fim da legislatura, nenhuma reforma seja inferior ao valor do IAS na região.
- Implementação de um complemento regional ao RSI.
- Aumento do complemento regional ao abono de família.

Combate ao desemprego

A crise derivada da pandemia vai constituir um processo prolongado com o desemprego a aumentar e de novo semeando enormes dificuldades em cada casa. Para além do reforço dos apoios sociais e das medidas de apoio ao emprego em vigor e novas que se apresentem necessárias, o governo tem a obrigação de criar as condições para incentivar a economia pelas mais diversas formas.



Defendemos:

- Plano de obras públicas reforçado e antecipado no tempo, compreendendo um plano de renovação urbana que implique a construção de uma bolsa de arrendamento pública, para habitação.
- Plano de apoio financeiro e fiscal para a renovação urbana privada com apoio público ao spread bancário, e carência nos prazos de início de pagamento.
- Políticas ativas de apoio à contratação de trabalhadores da área social, nomeadamente nas IPPS e Misericórdias.
- Contratação de auxiliares para as escolas de forma racional e tendo em conta o período particular que vivemos, e de forma a dar resposta de acordo com as realidades e não de acordo com os rácios, completamente irrealistas, em vigor.
- Reforçar a política de contratação pública de produtos dos Açores e em serviços prestados por empresas da Região.
- Nos sectores exportadores estudar a maximização dos apoios à exportação.

Defesa de serviços públicos competentes e fiáveis

Mais uma vez, quando os problemas económicos e sociais se agravaram foram os serviços públicos o suporte e defesa para a maioria das pessoas. Durante todo o processo desta pandemia este facto ficou claro como água, em particular na saúde.

Neste período de pandemia, a importância de um serviço público de saúde, a par de uma Segurança Social pública, sem estar entregue a fundos de investimento ou a companhias de seguros, foram determinantes.

Os sectores privados ou desapareceram ou exigiram para este combate somas elevadíssimas de dinheiro, colocando os seus interesses económicos acima da saúde pública. No mundo, apesar da assimetria de resposta em vários países, foi notória a diferença entre países que têm sistemas públicos de saúde e segurança social e aqueles que dependem dos privados para estas atividades.



Nos Açores, apesar das debilidades dos serviços públicos, estes são decisivos para a população e para o seu bem-estar. Desde a saúde, passando pela educação, segurança social, transportes, todos foram essenciais.

É lamentável a política do governo regional e do PS em apoiar hospitais privados e escolas com dinheiros públicos quando esse dinheiro faz falta para reforçar os serviços públicos, ou as tentativas de privatizar a SATA e os portos, serviços essenciais para os açorianos e açorianas.

Defendemos uma política ambiciosa de reforço dos serviços públicos.

Saúde primeiro, todos os dias!

O Serviço Regional de Saúde é um pilar essencial da nossa vida coletiva. Mesmo com todas as suas debilidades, é um dos bens maiores conquistados pelos açorianos e açorianas.

Infelizmente, a suborçamentação ao longo de anos a que este serviço tem sido sujeito por parte do governo regional tem aumentado as listas de espera para consultas e cirurgias assim como as dificuldades no acesso à saúde em geral, sendo essas dificuldades mais gravosas nas ilhas sem hospital.

Perante uma situação em que se caminhava para a ruptura, o governo assumiu a constante suborçamentação do Serviço Regional de Saúde e em 2013/2014 assumiu que ia inverter a situação. É certo que aumentou progressivamente o orçamento da saúde, mas a suborçamentação continuou, como ano após ano temos denunciado. A prová-lo estão as listas de espera que não diminuem, antes aumentam.

Neste esforço, assinalamos como positivo, embora altamente insuficiente, ao fim de seis anos a preocupação com os cuidados de saúde primários e a diminuição significativa dos açorianos e açorianas sem médicos de família, em particular nas ilhas mais populosas.



No entanto, nas especialidades hospitalares, como pode ser constatado pelos relatórios anuais dos hospitais, até ao fim do ano de 2019 a evolução é muito pequena e temos casos de regressão.

Mas o sistema de saúde não funciona só com médicos. São essenciais os enfermeiros, os técnicos superiores não médicos e os técnicos de diagnóstico e terapêutica.

No essencial estes profissionais cujo número é deficitário para as necessidades, têm sido maltratados pelo poder e usados como carne para canhão. O Governo não respeita o esforço de anos, não contabilizando os anos de carreira, e noutros casos não assumindo a necessidade de uma carreira digna.

Não podemos, na administração pública regional, ter dois pesos e duas medidas entre trabalhadores qualificados. Não se percebe que o tratamento dado aos professores na contagem do tempo de serviço não seja o mesmo tratamento dado a outros sectores profissionais, como Enfermeiros e Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica. A velha regra de dividir para reinar e os interesses políticos eleitorais prevalecem: os professores são o sector mais numeroso e por isso com maior peso eleitoral.

Por outro lado, nos assistentes operacionais e técnicos dos serviços de saúde não podemos continuar a assistir à utilização constante de pessoas em programas ocupacionais para lugares permanentes.

Esta prática tem de terminar, não só pela injustiça que é feita a estes trabalhadores, mas sobretudo porque esta prática impede a necessária formação para a realização das tarefas em locais tão específicos e sensíveis.

Para além destes problemas é constante a queixa dos profissionais de saúde relativa à falta de organização do Sistema Regional de Saúde e às perdas para os utentes daí resultantes.

Ao mesmo tempo, como resultado da suborçamentação constante do SRS, temos o déficit de equipamentos e falta de modernização.

Como exemplo, não é aceitável orçamentar, durante três anos consecutivos, uma ressonância magnética para o Hospital de Ponta Delgada, sem que o investimento seja concretizado, ou existirem aparelhos de raio X com 24 anos de idade, com todos os problemas de eficiência e riscos que representa.

No decorrer da pandemia, o presidente do Governo afirmava todos os dias que “a saúde dos açorianos estava primeiro”. Estamos de acordo. Mas a saúde tem de estar em primeiro lugar todos os dias, não só em determinadas alturas e contextos. Por isso propomos medidas concretas, para além das medidas de urgência no quadro de pandemia.

Defendemos:

- Criação de um subsídio de insularidade no valor de 400 a 500 euros por mês para todos os médicos, de modo a permitir a fixação de mais profissionais e a estabilidade dos quadros e revisão dos regimes de férias. Este subsídio será ponderado no quadro da aplicação da lei de bases da saúde no que respeita à aplicação da dedicação exclusiva.

Não entramos em loucuras orçamentais, com o aumento generalizado do ordenado dos médicos. O subsídio a criar não implica qualquer aumento de despesa dos hospitais.

Calculamos que é possível recrutar cerca de 40 médicos através da redução do valor pago em horas extraordinárias e prevenções que atingem valores exorbitantes. Paralelamente assumimos um plano faseado em diálogo com as associações representativas dos profissionais.

- Contagem integral do tempo de serviço para todos os enfermeiros e a proibição da utilização dos programas Estagiar ou outros similares para o seu recrutamento.

- Contagem de todo o tempo de serviço e uma nova carreira com paralelismo com as outras carreiras de técnicos superiores da administração pública, para os técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica.

Estas medidas consubstanciam, de forma geral, uma política nova para responder às dificuldades de atração de profissionais de saúde para a Região.



Uma Região que respeita os profissionais de saúde é a imagem que é necessário edificar para atrair estes profissionais.

No plano da organização do SRS:

- Criação de um conselho coordenador hospitalar, composto pelos presidentes e diretores clínicos de cada Hospital.

Este conselho terá como objetivo a coordenação da ação entre hospitais por forma a maximizar as sinergias da atuação conjunta e de modo a potenciar as respostas aos utentes, nomeadamente:

- Em colaboração com outras entidades médicas, potenciar e criar instrumentos que permitam a otimização da formação e atualização do saber e práticas médicas, de enfermagem e de outros profissionais de saúde, superando as carências existentes e tanto reclamadas.

- Propor ao governo regional planos de investimento para três anos, nomeadamente as necessidades ao nível das infraestruturas e equipamento hospitalar.

Com tanta falta de recursos não podemos continuar, a bem das populações, com hospitais de costas viradas entre si.

No plano do apetrechamento hospitalar e das unidades de saúde de ilha:

- Instituir - através de decreto legislativo regional de forma a que tenha a força de lei - um planeamento a três anos dos equipamentos e obras necessários nos hospitais e centros de saúde da região.

Pretende-se assim acabar com o casuístico, com a lógica eleitoral e política nesta área, colocando os interesses de saúde pública como único factor de decisão.

- Reforçar os cuidados de saúde mental, estudar as causas e consequências dos síndromes depressivos e as suas consequências, assim como do uso de substâncias aditivas, aumentar a disponibilidade de consultas de psicologia e psiquiatria, apostando na prevenção e na articulação entre centros de saúde e hospitais.



- Colocar em prática um modelo de deslocação de médicos especialistas às ilhas sem hospital que garanta a frequência e a previsibilidade de modo a que haja efetiva capacidade de resposta de consultas de especialidade nessas ilhas.

- Desburocratizar e agilizar o serviço de deslocação de doentes.

Educação para o futuro

Somos a região do País que tem os índices mais elevados de abandono escolar precoce. Se a taxa nacional já desceu para os 10,6%, nos Açores atinge os 27%. Esse indicador, associado a outros, é um sinal absolutamente aterrador. Milhares de jovens não concluem o 12º ano, esperando por isso apenas empregos mal pagos e quase sempre precários, reproduzindo assim ciclos de pobreza e precariedade.

Este é o resultado das políticas educativas, económicas e sociais do Partido Socialista, que, pese embora o esforço dos vários intervenientes no processo educativo, estão longe de responder às necessidades da região.

É ainda um sinal de que os jovens não vêm a escola e as qualificações como um fator que lhes permita uma vida melhor, melhor salário, melhores condições de vida. A isso não é indiferente que o exemplo que os jovens tenham sejam jovens adultos desempregados, precários e mal pagos, para além da opção que muitas vezes tomam em abandonar a sua ilha e até a região.

Não é, pois, de estranhar que a Região seja a que tem a menor taxa de escolaridade do nível de ensino superior do país (13,8%), metade da média nacional (26,3%), a mais baixa desde 2014.

Este cenário é causa e, em simultâneo, consequência da pobreza estrutural que existe na região.

Esta é a realidade que hoje se impõe combater. A escola pública não pode deixar nenhuma criança ou jovem para trás. Para que isso seja possível é absolutamente imprescindível que as escolas tenham os recursos de que necessitam para cumprir esse desígnio.

Milhares de jovens vêm-se forçados a recorrer, cada vez mais cedo, a explicações por falta de apoio adequado nas escolas para responder às exigências de currículos cada vez mais extensos. Esse é um



fator inaceitável de seleção social, pois as famílias mais pobres não têm recursos para aceder a estas.

Os Açores deparam-se já com escassez de professores. Sem uma política de médio e longo prazo para fixação de professores, preferindo manter na precariedade muitas centenas de professores, o Governo permitiu que se chegasse a este ponto, que se irá agravar no futuro, devido ao facto de existir a nível nacional um mecanismo de integração de professores após 3 anos de contrato, que incompreensivelmente não é aplicado nos Açores.

O pré-escolar é reconhecidamente um fator fundamental na educação para a melhoria do sistema educativo. A sua cobertura a 100% tem de ser concluída nesta legislatura, e deve ser a escola pública a garanti-lo.

A pandemia veio perturbar o ano letivo de 2019/2020 e trazer fortes condicionalismos ao próximo ano letivo. Há que garantir, para além de planos alternativos em caso de agravamento da pandemia, os recursos necessários para uma nova e exigente realidade.

Finalmente, é preciso envolver os alunos no debate sobre a escola pública, fomentando a partilha de ideias entre alunos das diversas escolas dos Açores.

- Colocar como prioridade absoluta o combate ao abandono e insucesso escolar, através de reforço de equipas multidisciplinares de professores e técnicos especializados, que assumam um trabalho muito próximo com cada aluno ao primeiro sinal de alerta de modo a evitar o insucesso e, conseqüentemente, o abandono escolar precoce.
- Reduzir o número de alunos por turma garantindo uma maior proximidade e atenção dos docentes às suas turmas com vista a apoiar e superar as suas dificuldades e problemas.
- Estabelecer como meta a redução para metade da taxa de abandono escolar precoce na próxima legislatura.
- Garantir acompanhamento e apoio próximo por parte de docentes, garantido pela escola pública, a todos os alunos de modo a que o recurso a explicações pagas não seja necessário.



- Fomentar o ingresso no ensino superior, de modo a fazer convergir a taxa de escolaridade do ensino superior, através de um projeto plurianual, passando por promover a criação de novos cursos na Universidade dos Açores em áreas sensíveis e necessárias para o desenvolvimento da região.
- Estender a cobertura do pré-escolar público para 100% em todas as ilhas.
- Impedir o financiamento público a instituições privadas de ensino de caráter não supletivo relativamente à oferta pública;
- Estabilizar o quadro docente da região, integrando nos quadros os professores contratados há mais de 3 anos.
- Articular com a Universidade dos Açores um plano de médio e longo prazo de formação de professores.
- Reforçar o pessoal não docente, revendo os obtusos rácios de atribuição e acabando com o abuso dos programas ocupacionais que suprem necessidades permanentes das escolas.
- Garantir o acesso dos alunos Surdos a técnicos e tradutores de Língua Gestual Portuguesa.
- Combater através de programas de prevenção a violência no namoro, a violência contra jovens LGBTI e outras formas de violência e discriminação.
- Manutenção das aulas do “Estudo em casa” como um recurso educativo a ser utilizado pelas escolas.
- Desenvolver uma nova política de ação social escolar, reforçando o apoio a material escolar, melhorando a abrangência dos livros escolares gratuitos e devolvendo a confecção da alimentação escolar às escolas.



Transportes - uma questão vital

Não é demais salientar que os transportes, em particular os aéreos e marítimos, são para uma região insular e arquipelágica o coração da sua atividade.

Assim, qualquer governo regional deve tratar este sector de forma criteriosa, com grande rigor e políticas adequadas.

Infelizmente, aquilo a que assistimos nos Açores é uma política casuística, ao sabor dos acontecimentos e dos projetos eleitorais do momento, sem estratégia nem caminho.

Na SATA assistimos no passado recente a uma fase de expansão sem qualquer base, nem financeira nem logística, de opções erradas de frota, que ainda hoje estamos a pagar, a rotas desastrosas. Isto seguiu-se à utilização da SATA para captar turismo no seguimento da crise de 2008, num esforço financeiro tremendo sem qualquer compensação governamental como seria exigível.

Após a crise seguiu-se a opção dogmática da privatização que redundou em nada e fez perder tempo.

Sem rumo, sem estratégia, sem ideias, sem plano. É a política governamental para com esta empresa estratégica para a região.

Mas também o transporte de carga aérea, que por lei está abrangido por deveres de serviço público, e que tão importante é para a economia da Região e de cada uma das ilhas, está sem definição.

O governo regional, sobre o assunto, não tem, ou não quer dizer, e não exige ao governo da república o cumprimento das suas obrigações.

No transporte marítimo não andamos melhor: com exceção da operação no grupo central, toda a odisseia do transporte marítimo regional é um autêntico desastre.

Desde os anos de 2004/2005 que o governo decidiu avançar para a compra de dois navios. O resultado foi a história ainda hoje mal contada do navio Atlântida.



A seguir o governo optou pelo aluguer de navios a preços pouco convidativos. Optou, a seguir, pela construção de dois navios que não se chegou a concretizar por problemas nos concursos que acabaram por ser anulados.

Novo concurso para dois navios é anunciado, mas é concretizado o concurso só para um navio, sem mais explicações do governo, que diz uma coisa e faz outra. Novamente, este concurso apresenta problemas e com o surgimento da pandemia volta a ser anulado.

“Confusão” talvez seja a melhor palavra para definir tanta falta de responsabilidade e incompetência.

O Bloco de Esquerda sempre exigiu, neste assunto, que houvesse clareza de objetivos, planos concretos, orçamentos claros e concursos limpos.

Responder à questão, “tem a região necessidade destes navios de grande porte?” exige estudos que nunca foram feitos ou pelo menos, apesar dos pedidos prementes de muitas bancadas no parlamento, nunca foram apresentados. Só, finalmente, pesando os prós e contras das respostas é possível ter uma decisão política consentânea com os interesses da região.

Como é costume nada disto é feito, com os péssimos resultados conhecidos.

Nos transportes terrestres reina a mesma situação: são caros, não servem as populações, nomeadamente em redor dos maiores centros urbanos, obrigando à utilização do transporte individual. Não há política de bilhética, não há articulação entre diferentes rotas e operadores e não se concebe a falta de segurança em muitos dos transportes escolares. Em pleno século XXI pouco ou nada se faz para a transição energética neste setor.

O que se sabe é que o governo através de chorudas concessões vai despejando dinheiro nas empresas privadas que prestam este mau serviço.

Novas políticas neste sector são cruciais para o desenvolvimento dos Açores e para cumprir o direito constitucional dos açorianos e açorianas à mobilidade.



Esta política errática e casuística, no caso da SATA, deu também azo a que agora a Comissão Europeia, num acesso de regulamentarismo ortodoxo, que não tem com a Lufthansa, porque a Alemanha não deixa, vem agora colocar entraves ao futuro da empresa.

A posição da Comissão Europeia só tem uma resposta possível: ser rechaçada em unísono pelo Governo Regional e pelo Governo da República, no campo jurídico e fundamentalmente no campo político.

Exigir o cumprimento de regulamentos absurdos, ainda para mais a uma companhia desta dimensão, que em nada perturba o mercado interno europeu, e colocar em causa a mobilidade de uma região ultraperiférica, é um expediente anti coesão europeia.

Exigir a uma pequena companhia regional aquilo que os estados poderosos e as grandes companhias não praticam só pode ser entendido como uma investida contra o nosso país.

O aviso da Comissão Europeia não passa de um balão de ensaio para chegar à TAP.

É conhecido o apetite da Lufthansa pelo mercado da América do Sul no qual a TAP tem uma posição privilegiada. Estes são os verdadeiros motivos desta exigência sobre a SATA.

É pois uma questão nacional que deve envolver os dois governos no seu combate.

Por uma política decente de transportes, defendemos:

- Uma SATA 100% pública
- Saneamento financeiro da SATA, dotando-a de um plano de gestão consentâneo com os seus reais objetivos: servir a mobilidade dos açorianos e a diáspora.
- Garantir que a SATA é um factor de coesão territorial numa região arquipelágica exigindo no quadro do estatuto das regiões ultraperiféricas um estatuto específico de apoio estatal às rotas deficitárias.
- Tendo em conta que os governos regionais e da república são os donos das empresas SATA e TAP, respetivamente, acordar uma política de parcerias que sirva as duas empresas.



- Promover através das obrigações do transporte público a possibilidade de, pelo menos três vezes por semana, haver ligação entre cada ilha e o continente no mesmo dia, reduzindo assim a necessidade de pernoita nas ilhas com ligação direta, reduzindo assim também os custos para os residentes.

Transportes marítimos

- Manutenção do serviço de carga com obrigações do serviço público, fomentando deste modo a coesão territorial e defendendo a região de pagamentos adicionais, que não passam de usuras.
- realização de um estudo promovido por entidade independente sobre a estratégia do transporte marítimo inter-ilhas que tenha em conta fatores como a carga e o turismo, para que seja possível dar o impulso necessário ao mercado interno e garantindo o direito à mobilidade dos açorianos. A partir das suas conclusões, deve partir-se para um amplo debate público seguido da decisão política definitiva.

Transportes terrestres

- Redução tarifária com criação de passes intermodais por zona criando na região um programa regional de redução tarifária que abranja todas as ilhas.
- Alterar rotas, adaptando-as à realidade atual e articular o transporte interurbano e urbano.
- Transição energética para utilização de veículos elétricos, direcionando os apoios à renovação de frota, em detrimento dos motores de combustão.

Por um verdadeiro serviço público de habitação

O Direito à Habitação consagrado na Constituição da República Portuguesa viu a sua lei de bases da Habitação promulgada, finalmente, em outubro de 2019. Nela pode ler-se "Incumbe ao Estado



programar e executar uma política de habitação integrada nos instrumentos de gestão territorial que garantam a existência de uma rede adequada de transportes e equipamento social".

Todos sabemos que esta visão integrada não tem existido no país, e a região segue-lhe o exemplo, sendo os programas de habitação desarticulados entre si, ao sabor das circunstâncias do momento e tendo ausente um enquadramento global.

A posição contrária do Governo dos Açores, aliando-se à direita no que respeita à apreciação que fez da Lei de Bases da Habitação, mostra bem quanto o PS e o seu governo querem continuar a desenvolver os programas de habitação ao sabor de humores, orientados por lógicas partidárias, em que o negócio e a especulação são o mote.

A Região precisa de uma verdadeira política de Habitação ao serviço das populações e não da especulação, assim defendemos:

- Adaptação à Região da Lei de Bases da Habitação, com base nas suas linhas orientadoras.
- Fazer um estudo/diagnóstico das existências em matéria de habitação social, respetivas condições de habitat, das carências habitacionais qualitativas e quantitativas, bem como informação sobre o mercado habitacional.
- Elaboração de um Plano Regional de Habitação, com base no estudo efetuado.
- Reformulação e articulação dos diferentes diplomas relativos aos programas de habitação existentes, incluindo o estabelecimento de novos programas enquadrados no plano regional de habitação.
- Este plano compreenderá os seguintes vetores orientadores: Dar primazia aos edifícios públicos reconvertendo-os para habitação, promovendo a ocupação de fogos devolutos, com prioridade aos das suas áreas urbanas consolidadas na construção de raiz, primazia aos vazios urbanos e recusa da fragmentação urbana.
- Percentagem máxima de alojamento local por freguesia e a criação de bolsas públicas de arrendamento em todas as ilhas. Assim como a reserva de solos de propriedade pública que assegure a regulação do mercado habitacional, prevenindo a especulação imobiliária.



- Apoiar o arrendamento de estudantes deslocados nos Açores e no continente.

Ciência, porta do futuro

A apresentação da proposta do Plano de Recuperação do País, encomendado pelo governo da República demonstrou, para quem tivesse dúvidas, a razão do Bloco de Esquerda quando - desde 2004 - apresentou aos açorianos e açorianas a sua proposta de criação de um grande centro de investigação das ciências do mar cujo embrião estaria no Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores sediado no Faial.

Os recursos do solo e subsolo marítimos dos Açores, assim como as alterações climáticas, entre outros aspetos, representam um potencial de estudo e posteriormente um potencial económico que têm todas as condições para transformar a economia dos Açores e a vida dos açorianos e açorianas para uma prosperidade invejável.

Tem sido triste e constrangedor assistir à patética posição do governo Regional e demais partidos que, não contrariando as propostas do Bloco, fizeram delas chão raso.

Perante a grandeza do empreendimento necessário contrapunha o governo e o seu secretário regional do Mar, Ciência e Tecnologia, com algum desdém, e apresentando como caminho nesse sentido, e como uma grande iniciativa do governo, a criação de uma plataforma científica para a qual numa primeira fase teria 3 milhões de euros e agora parece que reduziu para 2 milhões.

O caricato da coisa demonstra que este governo não está altura da ambição que os Açores precisam e prefere tornar-se num pobre senhorio que aluga os seus bens para outros enriquecerem.

Sempre assumimos este centro como um elemento a integrar na estrutura científica existente na região e não como uma instituição contra as outras, como muitas vezes tentaram fazer passar para nos atacar, por má fé e defesa do umbigo.

Colocamos o seu centro no Faial, sendo claro que abrangeria toda a região, não só para fazer jus à tradição marítima e científica da ilha, mas também como um factor decisivo para um desenvolvimento harmonioso da Região.



Sabemos que é um investimento muito avultado e em desenvolvimento durante anos, mas com ele os Açores e o país serão um polo importante mundial da ciência e do conhecimento, com as consequentes mais valias inerentes.

Este investimento vai alterar a situação atual, em que para os jovens mais preparados o caminho é o da emigração, tornando os Açores um local atrativo para se trabalhar.

Perante tudo o que se tem passado nesta área e as propostas em cima da mesa como estão, será um atentado se o Partido Socialista e outros partidos continuarem nesta fuga do futuro.

Os fundos europeus colocados à disposição do país têm aqui nos Açores um pólo decisivo para o nosso futuro coletivo e está na hora de o construir.

A forma concreta de implantação deste projeto exige estudo e ponderação, e por isso não podemos ficar parados nesta área. Defendemos:

- Aumento constante anual do investimento em ciência de forma a atingir pelo menos 3% do PIB regional;
- Definir o sistema de incentivos de modo a dotar com contrato de trabalho os investigadores nos projetos.
- Apoiar financeiramente a Universidade dos Açores de forma a ter condições de captar catedráticos para os cursos de interesse regional.

Ambiente - Não há planeta B, não há Açores B

Não há planeta B, é esta a convicção cada vez mais urgente em todo o mundo da qual os Açores têm de fazer parte convictamente. Tudo o que se faça atualmente para defender o ambiente é pouco. Da mesma forma, as nossas nove ilhas são únicas e temos a obrigação de as defender e proteger, deixando um ambiente melhor para as gerações futuras.



É certo que no quadro mundial os Açores não têm um peso significativo no que diz respeito ao seu contributo para os efeitos das alterações climáticas. Mas esta luta tem de ser feita a todos os níveis e em todas as latitudes e longitudes.

Não podemos, nesta problemática, esquecer o mar e principalmente o apelo, agora transformado em plano por parte do governo da república para a extração mineira no mar dos Açores.

O chamado “ouro” do mar dos Açores, constituído por metais valiosos e raros que se encontram no solo e subsolo marinho, é hoje não só motivo de estudo, mas, como aponta o plano, motivo de ação - o que quer dizer construir as bases para a sua extração.

Este projeto é extremamente perigoso para a biodiversidade marinha, para os ecossistemas, para as próprias alterações climáticas e para o aproveitamento das potencialidades biotecnológicas do nosso mar, que são outro “ouro”, mas este perecível.

Temos hoje um ministro do mar oriundo dos Açores que afirma que com o seu voto não se faz mineração no mar. Esta é uma importante esta posição, mas perante os interesses em causa, um ministro cai em qualquer remodelação.

Depende das políticas públicas, é certo, mas os Açores, que não são um perigo iminente para o ambiente no mundo podem tornar-se um problema sério que convém desde já precaver.

Não esquecendo os problemas macro, a todo o tempo na nossa região assistimos a atropelos ao ambiente para os quais os poderes públicos ou não atuam ou atuam com uma inércia enervante.

Com a suspensão do Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores (POTRAA) que, entre outras coisas, regulava a localização e dimensão dos empreendimentos turísticos, foram mantidos requisitos para aprovação desses empreendimentos. Como pudemos assistir, o governo não respeitou esses requisitos e autorizou para Vila Franca do Campo um autêntico atentado ambiental, que consistia num hotel com mais de 500 quartos. Foi a pressão pública que obrigou o governo a recuar. Neste período assistimos por parte das autarquias ao constante uso da figura da suspensão dos planos diretores municipais para decidir caso a caso sem planeamento do território das futuras construções, o que tem levado à proliferação de hotéis em zonas onde não estariam previstos. Uma verdadeira lei da selva.



Assistimos ainda a autênticos atentados ambientais recentes como o que se passa com a população marinha em Vila Franca do Campo ou os constantes atentados ambientais perpetrados pela COFACO no mar adjacente a Rabo de Peixe.

Por todo o lado assistimos a autênticos atentados urbanísticos e paisagísticos que estão sempre legalizados, como é o caso das galerias comerciais da Calheta de Pêro de Teive.

Na política de resíduos os erros do passado e atuais, como as incineradoras da ilha Terceira e de São Miguel, comprometem o aumento da reciclagem e o aumento das metas ambientais. Precisamos de uma nova política de resíduos na região, adotando as melhores práticas da estratégia 'zero resíduos'.

Projetos como as incineradoras e a sua aprovação pela Autoridade Ambiental, a Direção Regional do Ambiente, demonstra a sua falta de independência política e orgânica. As suas análises e decisões por muito defendidas como base puramente técnica, são sempre afetadas pela sua natureza política.

A vida tem mostrado que os compromissos e interesses políticos e económicos do governo com as mais diversas entidades, tem um peso excessivo nas políticas ambientais.

É preciso acabar com esta promiscuidade e dotar os Açores de uma entidade independente em matéria de ambiente.

Por todas estas razões não podemos continuar a ter como autoridade ambiental na região a Direção Regional do Ambiente.

O maior problema ambiental atual da região é a contaminação de solos e aquíferos da ilha Terceira. O processo de descontaminação continua a ser lento, pouco transparente e por isso muito pouco claro para a população. Exige-se mais da região e dos seus órgãos de governo próprio na exigência de uma rápida e total descontaminação.

Defendemos:

- A Criação da Agência Regional do Ambiente dos Açores, enquanto entidade independente política, jurídica, financeira e organicamente do governo regional, com funções de autoridade ambiental, de licenciamento ambiental, para além de propor e acompanhar a execução das políticas de ambiente.



- Exigência de maior rapidez e transparência na descontaminação dos solos e aquíferos da ilha Terceira por parte do parlamento e governo regional.
- Intensa aposta na transição energética, fazendo da empresa pública EDA o motor dessa mudança com vista a tornar a economia regional uma verdadeira economia de baixo carbono.
- Reforço da aposta da mobilidade elétrica, promovendo a transição energética dos transportes coletivos.
- Mudanças profundas nas políticas de gestão de resíduos na região, implementando políticas de 'Zero Resíduos', que assentam na sustentabilidade local, reduzindo os custos para os cidadãos, ao mesmo tempo fomentando a criação de emprego e contribuindo para o combate às alterações climáticas.
- Estudar, em conjunto com as diversas atividades envolvidas, o estado dos ecossistemas marinhos costeiros da região no sentido de delinear um plano a médio prazo para a sua recuperação.
- Criação de um plano de ação contra o plástico marinho, desenvolvendo novas práticas e procurando materiais alternativos e que passe também pela formação e sensibilização dos diversos utilizadores do mar para o enorme problema que constitui a poluição por plástico marinho.
- A classificação das árvores notáveis dos Açores, criando legislação regional própria para tal.

Empenho no bem-estar animal

Tardam, nos Açores, políticas públicas relativas ao bem-estar animal que sejam corajosas e consequentes. As poucas que vão surgindo, aparecem depois de insistência e propostas do Bloco.

É incompreensível que apenas nos Açores ainda sejam permitidos abates de animais de companhia saudáveis e que ainda não haja uma rede de centros de recolha oficial que abranja toda a região. As entidades fiscalizadoras, do Governo Regional, sempre fecharam os olhos a esse reiterado



incumprimento e a maioria socialista tornou os Açores a única região do país onde o abate de animais saudáveis ainda é permitido.

Os Açores investiram na criação de uma extensa rede de abate, investimento que tem como um dos seus objetivos a redução significativa da exportação de gado vivo, que, por vários motivos, entre eles o bem-estar animal, é indesejável. No entanto, essa redução não se tem verificado. No transporte de animais vivos as denúncias relativas ao bem-estar sucedem-se, concluindo-se que um maior cuidado e fiscalização é fundamental.

O Bloco tem tido uma luta contínua pela não utilização de fundos públicos nos espetáculos que inflijam maus tratos aos animais. Não desistimos desse desígnio com vista a que o dinheiro público não sirva para infligir sofrimento aos animais mas sim contribua para o respeito e o bem-estar animal.

- Alargar o apoio a cuidados veterinários a toda a região, permitindo acesso a uma rede de cuidados primários médico-veterinários para famílias com carência económica. Esta medida vem assim abranger os animais de todas as ilhas, garantindo apoio às famílias que desejam ter animais e que por via dos elevados custos, por vezes, acabam por entregar os mesmos ou deixá-los a sofrer.

- Antecipar a proibição do abate em Centros de Recolha Oficial para 2021, em vez de esperar pela entrada em vigor prevista para 2022, contribuindo assim para a redução do número de animais que serão abatidos.

- Fomentar e apoiar Famílias de Acolhimento Temporário, enquanto forma de evitar abates desnecessários e evitar a sobrelotação de Centros de Recolha Oficiais.

- Aumentar os apoios a associações de proteção animal, do ponto de vista financeiro e de espaços que permitam que desenvolvam a sua atividade.

- Criação de uma rede regional para esterilização de animais de rua em colaboração com associações de proteção animal.

- Tornar obrigatório o questionário de adoção responsável que promova uma avaliação da aptidão e condição para adotar um animal de companhia.

- Garantir a existência de formação em bem-estar animal para todas as pessoas singulares ou coletivas, que trabalham diretamente com animais.

- Fim de apoios públicos a eventos que causem dor e sofrimento animal.



- Obrigação de informação escrita, em diversas plataformas, explicativa das regras e riscos das touradas à corda.
- Obrigação da entrega de relatório de eventos, nomeadamente de feridos e acidentes, por parte dos responsáveis locais relativamente a todos os espetáculos tauromáquicos realizados, com vista a informação pública, prevenção e planeamento.

Cultura - novos desafios

O acesso à cultura é decisivo para o desenvolvimento das sociedades em todas as suas vertentes.

O importantíssimo espólio cultural dos Açores, quer no edificado, quer na cultura popular e erudita, constitui um património inestimável que importa divulgar através das diversas plataformas que temos hoje ao nosso alcance e projetar para o exterior da Região, como forma de afirmação.

Temos assistido a avanços nesta área, quer na implementação de centros interpretativos, na melhoria e disseminação de museus e espaços culturais, no apoio às filarmónicas, na divulgação da arte contemporânea, entre outros aspetos.

No entanto, o Bloco de Esquerda pensa ser necessário dar um novo impulso na área da cultura.

Desde logo, é preciso trazer a cultura para o patamar de representação e responsabilidade política que deve ter. Assim, a constituição de uma Secretaria Regional da Cultura é, quanto a nós, factor importante para que esta área tão decisiva tenha voz política própria, que seja dada a visibilidade tão necessária e os meios adequados a um novo impulso.

A valorização e divulgação do que em termos artísticos se faz na região nas mais diversas ilhas e no intercâmbio entre ilhas afigura-se-nos uma linha de trabalho consistente para a fruição cultural dos açorianos e açorianas, através da itinerância de exposições, espetáculos, festivais, entre outras formas possíveis.

É nesta linha que se insere a realização de festivais de filarmónicas, a reanimação de concursos como Paulo Gouveia, António Dacosta e Chistiano Júnior.



O Teatro, nos Açores, tem uma expressão bastante particular. Existem inúmeros grupos amadores, espalhados por todas as ilhas, para além das expressões tão características de teatro popular.

Defendemos que se deve dar um passo em frente na maior divulgação desta expressão artística nas nossas ilhas. A concretização de uma companhia de teatro profissional em nosso entender permitirá um novo salto de qualidade, uma itinerância constante e ao mesmo tempo a conquista de mais público. Paralelamente, esta constituirá uma alavanca de apoio ao teatro amador, promovendo a melhoria técnica e performativa destes grupos, através de diversas formas de formação, desde cursos, workshops, entre outros.

Pensamos que este é o passo para dar o novo impulso necessário a esta arte. A itinerância obrigatória da companhia de teatro é elemento decisivo para democratizar o acesso. Pensamos que esta companhia constituiria um grande aliado do teatro amador, desde logo na conquista de mais público, na capacidade formativa própria ou externa que poderia proporcionar, na interacção que poderia promover entre grupos da região e fora dela e nas mais diversas formas de colaboração.

Defendemos:

- Criação da Secretaria Regional da Cultura de forma a dar voz a política e importância que a cultura merece, potenciando a interligação entre departamentos, promovendo a sinergia de recursos e a transversabilidade de medidas e projetos.
- Criação de uma companhia de teatro profissional
- Reforçar o apoio às filarmónicas, nomeadamente a formação dos maestros com medidas concretas para este objetivo, assim como a promoção de festivais descentralizados pela região.
- Fomentar o intercâmbio entre artistas das mais diversas ilhas, através de mostras, concursos e exposições itinerantes, das mais diversas artes.
- Dar novo impulso à defesa e valorização do património edificado, no aspeto físico mas acrescentando a divulgação da sua contextualização difundindo assim a nossa história.



Combater as discriminações e a violência doméstica e de género

A taxa de incidência de violência doméstica segundo o RASI 2019 (Relatório Anual de Segurança Interna) é nos Açores de 4,1 casos por cada mil habitantes, enquanto a média nacional, segundo o mesmo relatório, é de 2,8 casos por mil habitantes.

É um triste e preocupante registo: serem os Açores a região do país onde a incidência de violência doméstica é mais grave. Qualquer número, por mais pequeno que fosse, seria sempre um problema que se exigia combater, mas este número alarmante convoca-nos a todos e a todas para uma ação mais assertiva nesta matéria.

Concordamos que tem havido esforços importantes dos poderes públicos e de associações que, em conjunto, têm vindo a ter uma ação de realce nesta batalha.

Consideramos que é preciso ir mais fundo neste combate cultural e civilizacional, desde logo no contributo que é necessário para que sejam encontradas formas jurídicas, sem melindrar a presunção da inocência do arguido, para que as mulheres vítimas de violência não sejam obrigadas a deixar o seu lar.

Esta dupla penalização é ainda maior quando às mulheres se juntam as crianças. Não tem sido fácil encontrar estas soluções. Pensamos também que as vítimas de violência de género têm sido penalizadas pelo caldo cultural que envolve a nossa justiça, como muitos e variados exemplos nos últimos anos têm demonstrado.

Este flagelo precisa também de um combate público constante e não somente campanhas esporádicas e notícias mais ou menos constantes nos órgãos de comunicação social.

Por outro lado, são conhecidos estudos que indicam dados preocupantes relativamente à incidência da violência no namoro e legitimação de formas de violência. É fundamental uma intervenção cada vez mais cedo nas escolas de modo a debelar este problema, impedindo também que ele se desenvolva e subsista na idade adulta.



Por outro lado, o racismo, a homofobia, a transfobia, a misoginia, o xenofobismo e o fascismo têm de ser frontalmente combatidos. Não existe idade certa para estar no lado correto da História e os jovens provam-no. Os Açores não devem ficar indiferentes, precisamos de uma região aberta a todas e todos, uma região que se construa na solidariedade e respeito mútuos.

Consideramos que esta batalha tem de ser uma batalha cultural de todos os dias, como, por exemplo, vemos com bastante sucesso no que respeita ao ambiente.

Caminhar nesse sentido é o que o Bloco de Esquerda/Açores pretende com a seguinte ideia:

- 1 - Criação de um concurso regional de ideias de fomento da igualdade de género e combate à violência doméstica e no namoro, recorrendo às mais diversas formas de expressão e meios de divulgação, dirigido às escolas da região, nomeadamente aos alunos do 3º ciclo e secundário.
- 2- A forma deste concurso teria como primeira fase, a abrangência de cada uma das ilhas, avaliado por júris de ilha e culminaria com uma final regional dos trabalhos apurados nos concursos de ilha.
- 3- Este processo seria uma iniciativa da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, em parceria com o Governo Regional e a RTP/Açores.
- 4- O envolvimento da RTP/Açores teria aqui um papel fundamental na divulgação dos trabalhos selecionados em cada ilha. As finais de ilha seriam uma espécie de galas pela igualdade de género e contra a violência doméstica e no namoro, um espetáculo televisivo adaptado para o efeito, que culminaria numa final regional.

Esta proposta insere-se na visão que temos de que este combate tem de se tornar um processo coletivo de transformação de mentalidades e práticas.

Esta proposta não substitui os programas que estão em execução sobre esta matéria na região. Antes pelo contrário, são um complemento no sentido de tornar público este combate, porque não podemos estar a conviver com os números desastrosos que os Açores apresentam.

Mas a igualdade de género tem ainda outras dimensões que estão longe de estar consignadas como "normais" na nossa vida coletiva.



Como dado positivo, temos o crescimento da população ativa feminina, que saudamos. Este dado é, no entanto, ensombrado, como indicam as estatísticas nacionais, pelo facto de as mulheres auferirem cerca de 18% a menos de salário, para trabalho igual.

Na região, sobre esta matéria não há estatísticas, como em muitas outras matérias de interesse social, porque, como é evidente, não interessa ao poder instituído.

Um dado importante, que devemos analisar, é o facto de na região o número de quadros superiores e médios ter vindo a diminuir, o que diz bem da pouca diferenciação da nossa economia.

Por outro lado, tem subido em flecha o número de pessoas a trabalhar em serviços, o que, no cruzamento destes dados, se pode concluir é que são as mulheres a ocuparem preferencialmente estes serviços.

Serviços estes que, de forma geral, direta ou indiretamente, estão ligados ao turismo e que como todos sabemos são muito mal pagos, sujeitos a cargas horárias ou brutais ou com desfasamentos horários que prejudicam a conciliação da vida profissional e familiar de sobremaneira.

Por tudo isto, defendemos:

- Concurso de ideias pela igualdade de género e contra a violência doméstica e no namoro.
- Creches públicas com cobertura de 100% da região.
- Reforço da Inspeção de trabalho com especial incidência nas condições de trabalho feminino, avançando com formação e especial sensibilização dos elementos inspetivos nesta área.
- Programas específicos para a valorização profissional das famílias monoparentais.
- Prioridade às famílias monoparentais ou casais com filhos no acesso à habitação.
- Combate à discriminação em função da orientação sexual, com especial incidência em meio escolar, através da criação e desenvolvimento de planos específicos.
- Garantir a igualdade de género nos prémios no desporto.
- Disponibilização de uma aplicação de denúncia de situações de violência doméstica.



Comunicação

No mundo de hoje a comunicação é decisiva para todas as atividades humanas, em particular a comunicação digital. A digitalização crescente de todas as atividades humanas e em particular da economia coloca como decisivos os instrumentos de suporte dessa digitalização.

É neste contexto que a instalação do novo cabo submarino é ,para a Região, de especial importância. O atual cabo tem a sua vida útil até 2024 e por isso já tarda o lançamento de empreitada para a instalação do novo cabo.

É certo que foi apresentada uma calendarização pela ANACOM, entidade responsável pela coordenação desta obra, mas também não deixa de ser verdade que o calendário não garante a concretização atempada.

O novo cabo submarino, aliás, como está estipulado, deve ter gestão pública pois com a gestão privada do atual cabo a região foi prejudicada em preço, oferta e qualidade do serviço.

A RTP/Açores, nestes últimos anos, teve uma evolução positiva quer em recursos quer do ponto de vista tecnológico. No entanto as alterações - se bem que positivas - ficaram aquém das expectativas e a televisão regional continua impossibilitada, por falta de meios, de cumprir integralmente e em continuidade a informação sobre todas as ilhas e muito menos cumprir o desiderato de ser um motor cultural da Região.

A comunicação social regional é um instrumento da maior importância para a informação regional, para o fortalecimento da democracia, e da voz das populações.

No quadro da nossa região arquipelágica, esta componente da democracia deve ser defendida e estimulada.

Assim defendemos:

- Cumprimento integral do calendário de instalação do novo cabo submarino e sua gestão pública.



- Reforço da capacidade e meios da RTP/Açores para se tornar num verdadeiro centro de produção que sirva os Açores, que garanta a efetiva cobertura noticiosa de todas as ilhas e projete a região no exterior.
- Aprofundar e melhorar os apoios à comunicação social regional.